



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680807 - SP (2021/0222703-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : LUCAS ROGERIO DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : FABRICIO ROGERIO FUZATTO DE OLIVEIRA - SP198437
LUCAS ROGÉRIO DE OLIVEIRA - SP433501
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABRICIO ALEXANDRE RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABRICIO ALEXANDRE RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Recurso Especial n. 0001122-07.2017.8.26.0599).

O paciente foi condenado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, a 8 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e a 833 dias-multa, no mínimo legal.

O TJSP não admitiu o recurso especial interposto, porquanto entendeu que não houve a fundamentação necessária apta a autorizar o seu processamento, consoante determina o artigo 1.029 do Código de Processo Civil, pois não foram devidamente atacados todos os argumentos do v. aresto.

Os impetrantes sustentam que a decisão que inadmitiu o recurso especial deve ser reformada quanto ao afastamento do redutor previsto no artigo 33, parágrafo 4º da lei 11.343/06, pois negou vigência a tal dispositivo legal e contrariou o seu comando expresso, no qual, possibilita a redução da pena quando preenchidos os requisitos legais. Afirmam que o benefício é direito subjetivo do acusado e deve ser aplicado, pois, preenchidos os requisitos para tanto e inidônea a fundamentação para o seu afastamento.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para afastar o aumento de pena imposto na decisão vergastada e aplicar o redutor previsto no artigo 33, parágrafo 4º da lei 11.343/06 em seu grau máximo (2/3), ou eventualmente intermediário (1/2); bem como seja substituída a pena corporal por restritivas de direitos e seja modificado o regime inicial de cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente